



Impresso
Especial

100322006
Fenae

...CORREIOS...

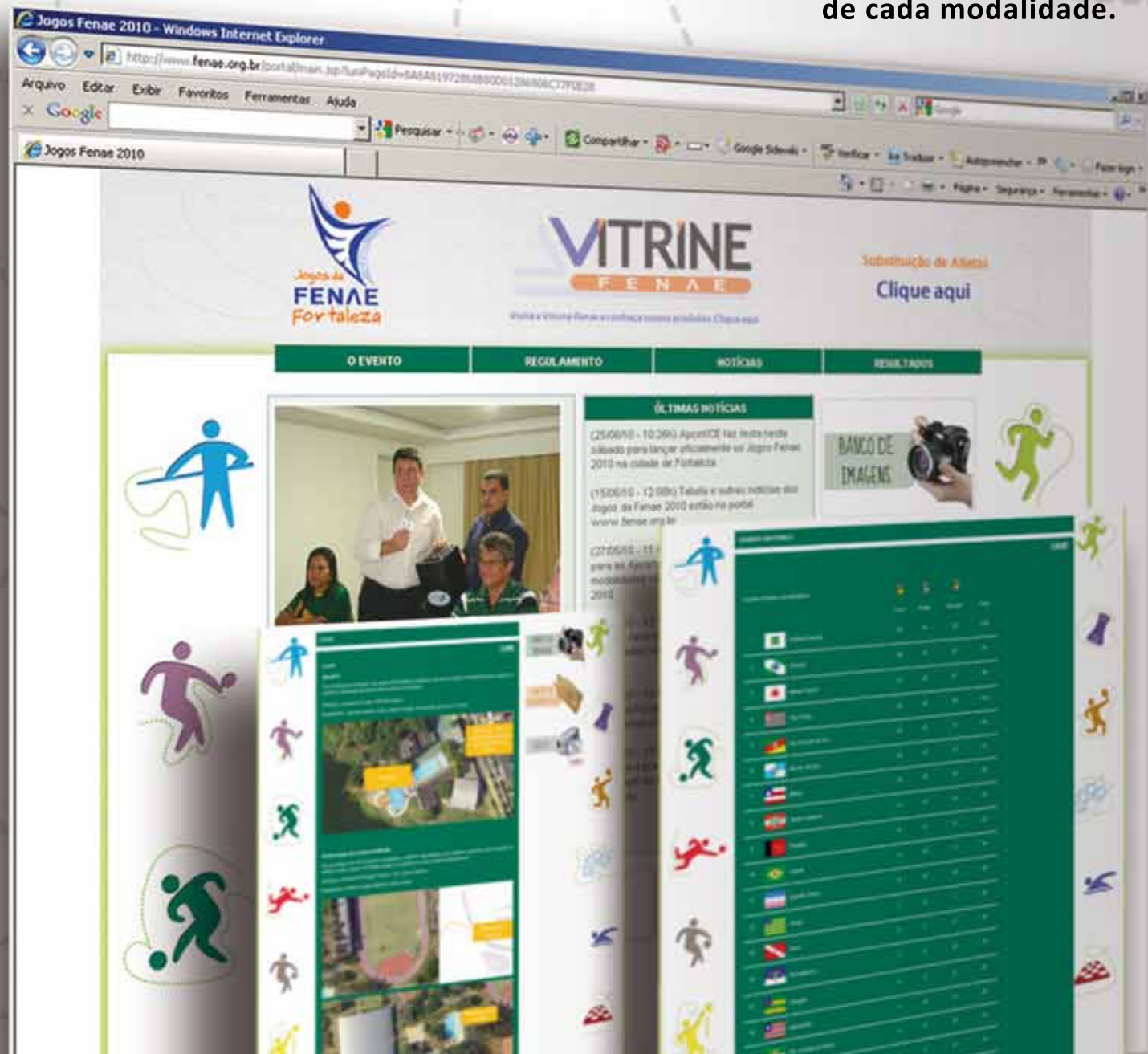
Entulhos neoliberais em dose dupla

No ano em que se completa 20 anos das demissões de empregados concursados pelo governo Collor, a **Fenae Agora** faz um balanço da herança maldita deixada pelo ex-presidente, bem como das ações de desmonte do Estado conduzidas por FHC



JOGOS DA FENAE 2010

De 14 a 21 de agosto de 2010, Fortaleza recebe as delegações para esta grande festa do esporte! Acesse o hotsite por meio da seção Circuito dos Jogos e veja os locais dos jogos e as tabelas de cada modalidade.



Acompanhe cada lance pelo site: www.fenae.org.br/jogosfenae2010



> Editorial

Alô, alô **marciano**

Aqui quem fala é da Terra e nós ainda não esquecemos os desastres cometidos por Collor e por FHC

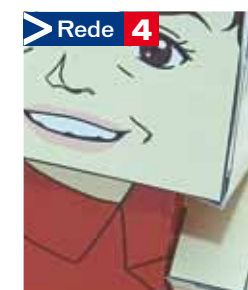
Em junho deste ano, fez 20 anos que funcionários públicos foram demitidos pelo governo Collor (1990-1992). Na Caixa, por exemplo, muita gente havia acabado de entrar no banco, em março, e foi pega de surpresa com a notícia da demissão. E Collor não parou por aí: além do desligamento dos “marcianos”, seu governo pregou muitas outras peças nos brasileiros como a implantação do Plano Collor, com o inédito confisco monetário, e a abertura da economia nacional de forma desordenada, que facilitou a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no país. Os ataques aos trabalhadores e o desmonte do Estado brasileiro continuaram com FHC (1995-2002), o ex-presidente que conduziu o país a uma longa recessão.

Por isso, na matéria de capa desta edição, lembramos esse período conturbado da história brasileira, tratando da herança maldita deixada por esses governantes, que arrasaram o país nos anos em que estiveram no poder. Lembramos também a luta e a vitória do movimento dos empregados da Caixa pela reintegração dos demitidos em 1990 e a mobilização da categoria contra a política neoliberal, que impediu a privatização do banco.

Agora a história é outra. Desde 2003, o governo Lula tem constituído um legado importante para a sociedade brasileira, promovendo reajustes salariais com aumento real, crescimento do PIB e do salário mínimo, entre diversos outros benefícios. A conquista dos índices econômicos que o Brasil apresenta hoje não foi fácil: demandou muito trabalho. Dessa forma, nessas eleições, a Fenae acredita na importância de defender um projeto de Nação que não desperdice esses esforços e reforce o papel social da Caixa, como incentivadora das políticas públicas. Agora é a hora. <

A Diretoria

www.fenae.org.br | maio/junho 2010





Eleição divertida

www.mobilizacaobr.com.br/profiles/blogs/bonecos-lulinha-e-dilminha

As eleições presidenciais estão chegando e nada como um pouco de bom humor para animar esse momento cívico do calendário brasileiro: já circulam na internet bonecos (para impressão) da candidata à presidência do Brasil, Dilma Rousseff (PT), e do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. A internauta Ana Recalde compartilhou o material em seu blog para download.



Paixão de adultos e crianças

www.trocafigurinhas.com

Se algum dia você já colecionou figurinhas, vai gostar desse site gratuito. Ao cadastrar-se, o participante pode postar figurinhas repetidas, procurar as que estão faltando e conhecer álbuns de outros colecionadores. São vários temas: futebol, filmes, animais, princesas, super-heróis... E o site ainda tem um sistema de qualificação de usuários com uma equipe de moderadores que ajuda a separar os bons colecionadores daqueles que não cumprem o prometido.

Para envio de arquivos gigantes

www.dropsend.com

Os principais serviços de e-mail gratuito disponíveis na rede enviam mensagens de até 25 megabytes (MB). Mas como fazer para enviar aos seus amigos arquivos maiores, como vídeos, músicas e apresentações? Uma boa alternativa é o Dropsend, com um plano gratuito que permite o envio de até cinco arquivos de 2 gigabytes (GB) ao mês. Basta preencher os campos, anexar o arquivo, digitar o e-mail do destinatário e pronto! Seu amigo vai receber um e-mail com um link para fazer a cópia do seu arquivo e você receberá um aviso informando que o material já foi copiado. O link fica disponível para download por sete dias.



Equipe da Gerência de Administração e Finanças (Geafi) do Grupo PAR

Comprometimento com o **peessoal da Caixa**

A criação do Grupo PAR alinha a marca das empresas PAR Corretora de Seguros, PAR Saúde, PAR Relacionamento, PAR Finanças e PAR Negócios Imobiliários.

Leia, a seguir, um pouco sobre cada uma delas.

- A PAR Corretora de Seguros está entre as maiores do país e oferece serviços para proteção da vida e do patrimônio dos clientes. Além disso, presta atendimento diferenciado ao pessoal da Caixa, cliente exclusivo, com linha de produtos próprios. A Corretora tem tido uma média de crescimento de 23% ao ano e, em 2009, teve como receita operacional bruta mais de R\$ 115 milhões.

- Em dois anos de atuação, a PAR Finanças gerou mais de 110 mil contratos online na Funcef, o que representa um montante de mais de R\$ 2,5 bilhões. Foi responsável por um crescimento de 100% da carteira da Fundação e já mobilizou mais de 30 mil participantes em suas ações de relacionamento.

- A PAR Saúde é a caçula do Grupo. Criada em outubro de 2009, já conquistou clientes importantes com a oferta de produtos e serviços diferenciados para planos de saúde empresariais. A PAR Saúde também tem produtos específicos para o pessoal da Caixa.

- Da PAR Relacionamento é gerida a plataforma do Mundo Caixa. São mais de 90 mil participantes, entre empregados aposentados e ativos da Caixa, da Caixa Seguros, da Fenae, da Funcef e do Grupo PAR. A empresa também planeja o *Eu Faço Cultura*, maior projeto cultural do Brasil patrocinado por pessoas físicas, executando toda a campanha de arrecadação de recursos e promovendo, por ano, mais de 30 semanas culturais pelo país.

- A empresa PAR Negócios Imobiliários atua em consultoria e na gestão de negócios imobiliários, por meio de parcerias junto a investidores institucionais, fundos de investimento, agentes financeiros, construtores, incorporadores e entidades de classe.



Liberdade para escrever

O concurso Texto Fenae 2010, que já possui forma livre, teve, neste ano, liberdade também no tema. A vencedora foi a participante de Parnamirim (RN), Aline Pereira Rangel. Ela enviou o texto *Com elas*, que mostra de forma leve e criativa o olhar de um homem sobre as mulheres de sua vida familiar.

É a sétima vez que Aline participa do Circuito Cultural Fenae. Ela já conquistou o primeiro lugar do Contos 2006 e do Texto 2007. Pela vitória deste ano, Aline receberá 150 mil pontos do Mundo Caixa, além de troféu e certificado.

A segunda colocada foi Maria Salete Brombal, de Jundiá (SP), com o texto *Planeta Redondo* e em terceiro lugar esteve Arivaldo Sidney Ruas, de Lagoa Santa (MG), com o texto *O sacerdote informal*. Ambos receberão troféu e certificado. Ela receberá 100 mil pontos do Mundo Caixa e ele, 50 mil pontos.

Os textos foram avaliados pelo escritor Cezar Tridapalli e pelas jornalistas Carolina Gola e Edna Pequeno Alves. Tridapalli ressalta que as produções apresentadas tiveram dimensão ética e a preocupação em falar de ternura, respeito, justiça.<

1º

Falam em nivelar a atuação de homens e mulheres no comando da empresa, mas eu acho que a tendência mesmo é elas assumirem o comando do mundo. O meu mundo, pelo menos, já está todo dominado.

2º

E então mais essa novidade! O mundo é redondo! E gira! Mas como é que a gente não cai? Considerando que explicar a força da gravidade para uma criança da idade que eu tinha era uma missão quase impossível, não adiantou eu e os meus porquês, tive que engolir um porque sim e acabou.

3º

A mãe atravessou o portão escancarado do muro que escondia o velho barracão onde morava e surgiu na rua aos berros, o desespero e a aflição tornando suas faces vermelhas e os olhos esbugalhados, em desabalada carreira para vencer os poucos metros que a separavam da filha aventureira.

1º



2º



3º



Luz e cor

A empregada da Caixa Ana Beatriz Ishida de Alvarenga, da agência Vereador José Diniz, em São Paulo, foi a vencedora do Aquarela Fenae 2010, que teve *Luz e cor* como tema. Ela receberá troféu e 152.200 mil pontos do Mundo Caixa (150 mil pela primeira colocação, 2 mil pela seleção para o júri e 200 pela participação).

Ana Beatriz participa pela quarta vez dos concursos do Circuito Cultural Fenae, sendo que conquistou o terceiro lugar no Aquarela 2007 e o segundo lugar no Ilustração 2009. Em 2010, venceu com a obra *Outono na Amazônia*.

Em segundo lugar, ficou Elza Maria Mendonça Cavalcanti, da agência Passa Quatro, em Minas Gerais, com a obra *Primavera*. Elza será premiada com 100 mil pontos mais troféu, além de outros 2 mil pontos pela seleção para o júri popular e 200 pontos pela participação.

Outro mineiro conquistou o terceiro lugar e venceu o júri popular. Francisco Martins é empregado aposentado de Belo Horizonte e inscreveu a obra *Eu sou o Sol*. Vai receber o prêmio de 50 mil pontos e

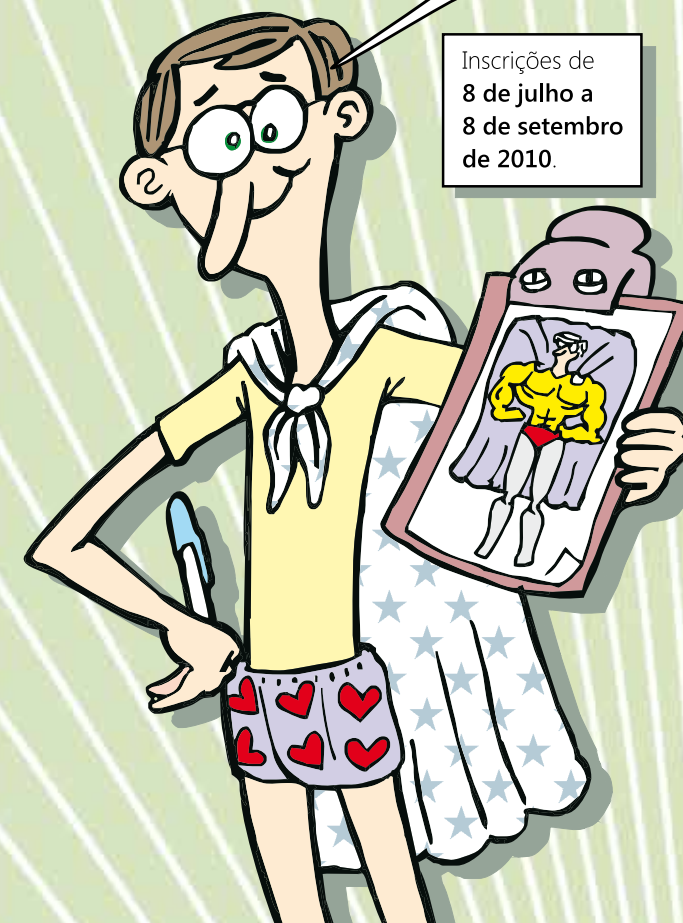
Fique atento a essa peça...
Você poderá ganhar um kit
muito especial

troféu, pela terceira colocação, além de 50 mil pontos mais troféu pelo júri popular, 2 mil pontos pela seleção para o júri e 200 pontos de participação.

Os jurados foram Ari Galvão de Souza, sociólogo e filósofo; José Ribamar Frasso Fonseca, designer e diretor de criação; e Virginia Teixeira Soares, professora de artes plásticas.<

Inspire-se em seus quadrinhos favoritos
e crie o seu no concurso
Quadrinhos Fenae 2010

Inscrições de
8 de julho a
8 de setembro
de 2010.



Estão convidados a participar os filhos(as) de empregados da Caixa associados efetivos da Apcef ou contribuintes do Fenae Doações. E para não limitar a criatividade dos autores, nesta edição do concurso o **tema é livre**.

O concurso é
dirigido a autores
de **11 a 18 anos**.



O regulamento completo e a ficha de inscrição podem ser encontrados nos sites da Fenae (www.fenae.org.br) e do Mundo Caixa (www.mundocaixa.com.br).

Atividade na aposentadoria

Você não precisa
aposentar os
exercícios físicos



Para o presidente da Fenacef, Décio de Carvalho, a competição em Curitiba, a primeira de muitas, foi uma oportunidade ímpar para o aposentado ser mais ativo e o empregado, mais humanista. Ele enalteceu as disputas fraternas entre atletas e lembrou que o mais importante foi presenciado dentro e fora das quadras, piscinas, campos e pistas da sede da Apcef/PR: a diversão e o estreitamento

de laços de companheirismo entre colegas.

A diretora para Assuntos de Aposentados da Fenae, Ely Custódio Freire, observa que o movimento associativo da Caixa precisa de eventos como os dos Jogos dos Aposentados. Segundo ela, “é preciso aproveitar a luz do sol, o brilho das estrelas e tantas outras coisas boas oferecidas pela vida, sem perder de vista a luta em busca de nossos direitos e mais conquistas”.<

Os Jogos dos Aposentados da Fenacef, cuja primeira edição ocorreu em Curitiba (PR), entre 24 e 28 de maio, vieram para ficar e criar história. O evento é um fato inédito na trajetória da parceria entre aposentados e empregados da Caixa Econômica Federal, constituindo um grande desafio para o movimento associativo de todo o país.

A confraternização foi o principal legado da primeira edição do evento, que reuniu 550 atletas de 18 Associações de Aposentados da Caixa. Não houve contagem de pontuação por delegação e tampouco classificação geral, mas os atletas mais bem colocados em cada modalidade receberam medalhas.

O esforço coletivo foi determinante para o sucesso desses jogos, uma demanda antiga. A Fenacef encarregou-se da organização e da logística, ficando o patrocínio a cargo da Fenae e de outras entidades de representação. Todas, no entanto, colaboraram com a divulgação do evento, de modo a incentivar o segmento dos aposentados à prática esportiva.



divulgação



Os participantes dos Jogos dos Aposentados fizeram bonito! Foram quatro dias de disputas em 21 modalidades, entre individuais, coletivas e de duplas

Cuidado com a mcdonaldização

Li no jornal que em 2030 o brasileiro empata com o americano em obesidade. Proeza mais besta, não? Em 2008, Lilás e eu estivemos na Venezuela, na capital e em Tucacas, raro parque oceânico: ilhotas, canais, mangues, corais. Por toda

parte, não vimos um só grupo de venezuelanos em que não houvesse um ou mais humanos paquidérmicos, de toda idade.

Impressão de gente doentia. Venezuela segue a dieta ianque desde antes da era Chávez, este aliás acima do peso. Inevitável a comparação com nossa estada agorinha na Península Ibérica. Não há na memória registro de um obeso sequer em Lisboa, O Porto, Sintra, ou regiões espanholas de Galícia, Madrid, Catalunha, Andaluzia. E olhe que, na expressão favorita de Edmond, o amigo espanhol que nos abrigou, ali “se come muy bien”. O segredo para que não virem obesos só pode estar na ausência de fast food – comida rápida! Não me lembro de ver uma só casa do gênero. Louvável impermeabilidade aos hábitos alimentares americanos, ao contrário de boa parte de nosso povo.

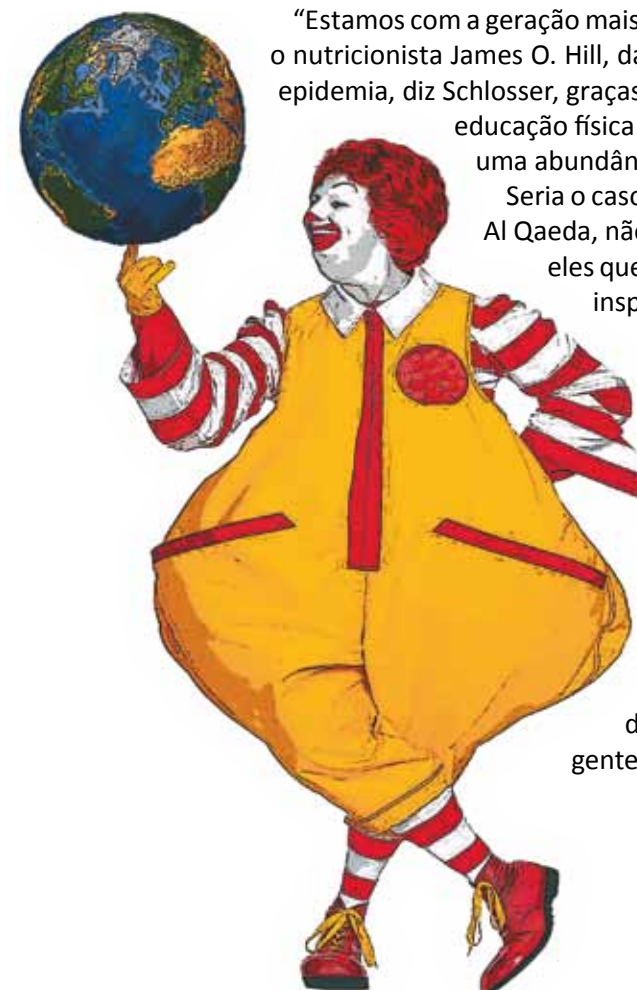
Me lembrei do livro que li e, na volta, revisei: País Fast Food (Ática, 2001), do repórter Eric Schlosser, onde vemos que há nos EUA mais presidiários que agricultores! Só criado para o hambúrguer e plantam batata para as fritas. As redes de fast food põem anúncios nas escolas! “Criança de 8 anos é a clientela ideal”, ensina uma publicação da súcia, “tem 65 anos de compras pela frente.”

“Estamos com a geração mais gorda e mais fora de forma de todos os tempos”, alerta o nutricionista James O. Hill, da Universidade do Colorado. A obesidade cresce como epidemia, diz Schlosser, graças a fatores óbvios: jogam no computador, eliminaram a educação física das escolas e “a indústria de fast food pôs à disposição uma abundância de refeições baratas com alto teor de gorduras”.

Seria o caso de questionar: em vez de sair caçando “terroristas” da Al Qaeda, não fariam melhor cassando executivos de fast food? São eles que estão detonando o povo americano. É uma raça que se inspira em Ray Kroc, criador do McDonald’s, precursor do ramo exemplar da última fase do capitalismo, que disse:

“Olhe aqui, é ridículo chamar isto de indústria, isto aqui é rato contra rato, cachorro comendo cachorro. Eu vou matar todos eles, antes que me matem. Isto aqui é a sobrevivência do mais apto, no melhor estilo americano.”

Antes de permitir a mcdonaldização de nossos filhos, é bom perguntar a nossos botões: gente que pensa como Kroc, que emprega os trabalhadores mais mal pagos, que demite quem tenta sindicalizar-se, que passa a mão nas gorjetas, que “fabrica” sabor e cheiro de comida sem que haja comida... você acha que essa gente está pensando em nos alimentar?<



Amaná Chidi.

Mylton Severiano
é jornalista e escritor.

Avanços aos trancos e barrancos

PFG traz melhorias, mas ignora reivindicações importantes do movimento dos empregados e discrimina quem ficou no REG/Replan não-saldado

Entrou em vigor em 1º de julho deste ano, na Caixa, o Plano de Funções Gratificadas (PFG). A implantação foi comunicada às representações dos empregados no dia 30 de junho.

Os avanços do PFG em relação ao Plano de Cargos Comissionados (PCC) implantado em 1998 refletem muito do que os representantes dos empregados defenderam em mesa de negociação, mas não o suficiente para um entendimento global com a empresa. As representações dos trabalhadores mantêm restrições a pontos importantes do plano, especialmente no que se refere à jornada de trabalho – a proposta de seis horas para todos, sem redução de salários, não foi contemplada.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) classificam ainda como inaceitável a exclusão do PFG dos empregados que se mantiveram vinculados ao REG/Replan não-saldado da Funcef e a restrição a quem impetrou ação judicial para garantir a redução da jornada de oito para seis horas.

Por conta destes e de outros problemas não resolvidos em razão de limites cravados pela direção da Caixa, as entidades sindicais não permitirão que se inclua como aditivo ao Acordo Coletivo deste ano o PFG nos termos em que foi implantado. A medida se insere, portanto, no plano das decisões administrativas da empregadora.

O PFG instituiu dois tipos de jornadas: uma de seis horas para funções técnicas e de assessoramento, abrangendo um contingente de 29 mil trabalhadores, e outra de oito horas para funções de direção e gerenciais.

São 67 as funções gratificadas. E há a possibilidade de crescimento profissional no exercício das mesmas – crescimento vertical em até oito níveis para as funções com jornada de seis horas, e de até 12 níveis para aquelas com jornada de oito horas.

O plano contempla tabela de piso de mercado, com crescimento fixo e proporcional de 15,25% nos valores entre os níveis. A remuneração ficará vinculada ao porte das unidades, com a criação de seis valores para a Rede de Negócios e quatro para a Rede de Sustentação ao Negócio.

O PFG adequa valores de gratificação e cria duas tabelas de remuneração por jornada de trabalho, assim como tabelas diferenciadas para porte e piso salarial. Prevê redução, em média, de 45,42% no valor do Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA). Os mercados A, B e C da rede de unidades e as filiais 1 e 2 foram extintos.

Ainda mais grave que a manutenção pelo PFG de diversas funções com jornada de oito horas é a criação de funções com jornada indefinida, algo que não existia na Caixa. As principais vítimas dessa “novidade” são os gestores de unidades, que passam a ficar tempo integral à disposição da empresa, sem receber hora extra.

Em editorial publicado em 15 de julho, a Fenae “reafirma seu compromisso com a implantação de um PCC digno, sem discriminações nem distorções” e lembra que “proposta com este objetivo foi elaborada em fóruns específicos de empregados da Caixa e está prevista no acordo coletivo de 2008, decorrente de uma greve que varreu o país de ponta a ponta. Para isso, foi fundamental a mobilização dos bancários em seus



Implantação do PFG foi comunicada na negociação de 30 de junho: plano traz conquistas importantes para a categoria, mas tem falhas sérias que comprometem a isonomia no banco

loais de trabalho, numa prova de que ser empregado da Caixa é o que une esses trabalhadores”.

Apesar de considerar a implantação do PFG uma conquista de todos os empregados, as entidades sindicais continuarão exigindo atendimento ao conjunto das reivindicações apresentadas pelos bancários, especialmente a de jornada de seis horas para todos, sem redução de salário, que está sintonizada, inclusive, com a luta pela contratação de mais trabalhadores para suprir a carência de mão de obra nas unidades de todo o país.

A Contraf/CUT e a CEE/Caixa voltaram a debater com a Caixa, em 16 de julho, as distorções e discriminações decorrentes da implantação do PFG. Além dos problemas já mencionados, foi tratada a questão das substituições. Segundo reclamações que chegaram aos sindicatos e federações, os não-saldados do REG/Replan, por exemplo, estão sendo impedidos de fazer substituições. O mesmo estaria acontecendo com aqueles que permaneceram no antigo PCC.

Também foi cobrado esclarecimento dos critérios do Processo Seletivo Interno (PSI). A Caixa

comprometeu-se a analisar esses pontos e dar uma resposta ao movimento dos trabalhadores. Na reunião, foi abordado ainda o clima de insegurança que afeta os gerentes das RET/PVs. A Caixa informou que deve levar de 30 a 60 dias o período de adequação das áreas e de adaptação dos empregados nos novos cargos previstos no PFG, alegando estar orientando áreas e gestores a promoverem treinamentos e adotar medidas que visem facilitar o processo de mudança. A representação dos empregados está acompanhando atentamente essa situação, para assegurar condições de trabalho adequadas a esses trabalhadores.

A Caixa ainda foi questionada sobre o pagamento das indenizações de jornada. A empresa anunciou essa medida em fevereiro deste ano, gerando expectativa na categoria. Os representantes dos empregados reafirmaram que são contrários à redução de jornada com redução de salários, e por isso não assinam acordo aditivo com essa finalidade. Cabe à Caixa apresentar uma resposta aos trabalhadores. <

REG/Replan não-saldado com novo método de custeio: **conquista do movimento**



A batalha das representações dos associados da Funcef pela mudança do método de custeio do REG/Replan não-saldado foi finalmente concluída com vitória do movimento dos empregados e aposentados da Caixa na defesa dos interesses dos participantes do plano. A substituição do método de Custo Unitário Projetado (PUC) pelo Agregado foi aprovada em 1º de julho pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A mudança do método de custeio vinha sendo defendida pelas representações dos associados desde o GT do Novo Plano, em 2003.

“As condições de sustentabilidade do REG/Replan foram restabelecidas, para maior segurança e tranquilidade de seus cerca de 3.500 participantes”, resalta a conselheira eleita Fabiana Matheus.

A alteração do método vale desde 1º de julho e está condicionada à confirmação das projeções da Diben por uma consultoria atuarial externa.

Na reunião de 1º de julho, os representantes da Caixa no Conselho Deliberativo reafirmaram o que já haviam assegurado anteriormente: não haverá retirada de patrocínio ao REG/Replan não-saldado.

Com a reversão do Fundo Previdencial e a mudança do método de custeio do REG/Replan não-saldado, fica descartada a hipótese de nova reabertura do saldamento.

A próxima medida relacionada aos planos de benefícios será a segregação das massas do saldado e do não-saldado. O objetivo é consolidar a realidade de dois planos distintos, para maior segurança aos participantes de cada uma das modalidades.<

Mudança na presidência

Desde o dia 5 de julho, o empregado da Caixa Carlos Alberto Caser é o novo presidente da Funcef, por indicação da patrocinadora. Ele ficará no cargo até a data de 10 de outubro deste ano, em substituição a Guilherme Lacerda, que solicitou licença não-remunerada para concorrer a mandato eletivo. O afastamento de Lacerda e a nomeação de Caser foram aprovados na reunião de 1º de julho.



Início de novos mandatos para diretores e conselheiros eleitos na **Funcef**

As bancadas de representantes dos associados na Diretoria Executiva e nos conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcef passaram por renovação de mandatos em eleições realizadas entre 26 de abril e 6 de maio deste ano. Os eleitos tomaram posse em 1º de junho, em cerimônia marcada pela celebração de conquistas e afirmação da luta em defesa da Fundação e por mais e melhores benefícios.

Foram empossados na Diretoria Executiva Antônio Bráulio de Carvalho, José Carlos Alonso e Renata Marotta. Antônio Bráulio foi reeleito para segundo mandato e continua na diretoria de Planejamento e Controladoria. Alonso é ex-presidente da Fena e já foi também conselheiro deliberativo eleito da Funcef, entre 2002 e 2006. Retorna à Fundação como diretor de Benefícios. Renata Marota é aposentada. Estava no Conselho Fiscal e, agora, se tornou a primeira diretora executiva eleita da Fundação. Assumiu a diretoria de Administração.

Os conselheiros deliberativos que tomaram posse foram José Miguel Correia (reeleito como membro titular), Olívio Gomes Vieira (titular – aposentado), Gilmar Cabral Aguirre (suplente) e Manuel Alfredo Filho (suplente – aposentado).

Como conselheiros fiscais foram empossados Carlos Alberto Leite (titular) e José Francisco Zimmermann (suplente). Ambos são gestores da Caixa.

Na primeira reunião do Conselho Fiscal após a posse, em 17 de junho, Carlos Leite

assumiu a sua presidência – o cargo é assegurado a um dos conselheiros eleitos, regra inversa à do Conselho Deliberativo, onde o presidente é escolhido entre os representantes da patrocinadora.

A vice-presidente da Fena e, Fabiana Matheus, continua em seu mandato de conselheira deliberativa da Fundação por mais dois anos, uma vez que foi eleita em 2008. Antoci Neto de Almeida, também eleito em 2008 para a suplência do Conselho Fiscal, assume no lugar de Renata Marota.

A **consolidação da gestão** compartilhada na Funcef foi destacada na cerimônia de posse por praticamente todos os oradores. Para o presidente da Fena e, Pedro Eugênio Leite, trata-se de uma das principais realizações do movimento dos empregados e aposentados da Caixa no âmbito da Funcef. **“Conquistamos a democratização da gestão e isso foi determinante nas transformações que realizamos na Funcef, mas temos que manter a nossa luta e seguir avançando. O nosso fundo de pensão tem que ser cada vez mais transparente para nós associados”**, disse.<



Apcef/PR contribui para o **reflorestamento**

O plantio começou timidamente em 2005. Hoje, com apoio de alguns associados e entidades públicas, a sede social da Apcef/PR possui um bosque com mais de cinco mil árvores. São espécies nativas como ipês, canelas, imbuías e cerejeiras e outras incomuns como o rododendro, originário do Himalaia, a astrapeia, da África do Sul, a babosa-branca, do Brasil central, a cerejeira-do-Japão, do oriente e a lichieira, da China. A novidade é o coqueiro-de-jerivá, uma espécie rara, cujo plantio está sendo patrocinado pela Fenae. Já foram plantadas 33 mudas.

O bosque tem 120 espécies identificadas com placas. Uma flora tão rica atraiu muitos pássaros. São 44 tipos de aves frequentadoras ou inquilinas

do bosque. Para esses pássaros, foram instalados quatro pontos para alimentação. Todo esse trabalho faz parte de uma série de ações de responsabilidade ambiental da entidade.

Segundo Orlando Stolf, coordenador de meio ambiente da associação, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Prefeitura Municipal de Curitiba são os maiores doadores de mudas. A prefeitura já doou mais de 1.500 mudas, em troca de prestação de serviços. “A Secretaria de Esportes de Curitiba precisa de ginásios para disputas de campeonatos entre as escolas. Nós os cedemos em troca de mudas já bem desenvolvidas”, explica Stolf. A Apcef/PR também compra mudas.

Segundo ele, plantar árvores é uma necessidade. Na próxima primavera, alguns dos mais de 200 ipês (amarelos, roxos, rosa, brancos e verdes) vão florescer. Além da beleza paisagística, será um festival de cores. <

Apcef/PR: importante iniciativa de motivar o reflorestamento

divulgação Apcef/PR

divulgação Apcef/AM

Biblioteca ambiental

Quem estiver na cidade de Manaus e visitar a sede da Apcef/AM vai se deparar com uma novidade: a sua Biblioteca Ambiental, com um acervo totalmente voltado para publicações que abordam temas relacionados ao meio ambiente.

São aproximadamente 200 obras, entre livros e revistas, obtidas por meio de doações de empregados da Caixa, da ativa e aposentados, da Fenae, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos da região Norte.

A Biblioteca Ambiental da Apcef/AM fica aberta ao público todos os dias, inclusive nos feriados, das 10 às 17 horas. Além de os associados, a comunidade também pode dispor do serviço tanto para consultas como para empréstimo.

Ela dispõe de um computador com acesso à internet. Para quem deseja navegar com o próprio notebook, oferece navegação sem fio (wireless). Segundo Paulo Roberto da Costa, presidente da associação, o principal objetivo da ação é levar informação ambiental ao maior número de pessoas possível. <

A Biblioteca Ambiental é o mais novo espaço da Apcef/AM, que aguarda a visita dos associados

Todos conectados

A ideia de promover o acesso à navegação na internet é atraente e promete levar banda larga a 100 cidades ainda em 2010

O governo federal lançou em maio deste ano o Plano Nacional da Banda Larga (PNBL). Criado para universalizar o acesso a internet, tem por objetivo ampliar de 12 para 40 milhões, até o fim de 2014, o número de domicílios com acesso à banda larga. Para isso, o governo deve baratear os preços dos serviços, que começarão com um custo inicial de R\$ 35, baixando depois para R\$15.

Para executar o PNBL, o governo federal decidiu reativar a Telebrás, que ficou esquecida desde 98, quando foi privatizada e teve suas atribuições – prestação de serviços e infraestrutura de telefonia – repassadas para empresas privadas. A empresa

passa por um processo de reestruturação operativa para dar conta das ações do plano.

A meta inicial, ainda para 2010, é oferecer infraestrutura de banda larga em 100 cidades, com atenção àquelas que ainda não têm o serviço e estão localizadas no Nordeste. As primeiras contempladas não foram definidas.

“A ideia é que a Telebrás alugue a infraestrutura para uma empresa realizar a oferta do serviço a esse preço, mediante um compromisso contratual. Aos poucos iremos ver a viabilidade desse modelo e, se tivermos dificuldade em encontrar empresas dispostas a prestar o serviço, provavelmente mudaremos de estratégia”, explicou César Alvarez, coordenador do Programa de Inclusão Digital do governo.

Segundo dados do Ipea, no país, em 2009, apenas

21% da população tinham acesso a banda larga. Além disso, existe uma má distribuição regional: a maioria dos domicílios com internet está concentrada no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Amapá e em Roraima, o acesso é quase inexistente.

O Plano recebeu críticas por conta da capacidade de transmissão de dados, prevista para até 512 kbps, que é considerada baixa e cara em comparação com a maioria dos países desenvolvidos, onde velocidades maiores são oferecidas a clientes residenciais por preços relativamente mais baixos que os cobrados no Brasil. Cesar Alvarez aceita a possibilidade de aumentar a velocidade. ***“Mas isso só poderá ser respondido conforme a operação da Telebrás progredir. O compromisso responsável que podemos fazer é de uma oferta inicial de 512 kbps àquele preço. Talvez essa seja uma***

velocidade baixa para um morador do Leblon ou da Avenida Paulista, por exemplo, mas temos de nos lembrar que há milhares de municípios sem oferta do serviço”, justificou.

Um aspecto considerado positivo pelos representantes de movimentos sociais foi a instalação do Fórum Brasil Conectado, em 23 de maio. Ele vai funcionar como um espaço de diálogo, reunindo representantes do setor público, especialistas em tecnologia da informação, entidades empresariais e de usuários. Serão discutidos, por exemplo, temas como o uso e a expansão da infraestrutura de acesso à internet em banda larga e a política de produção de conteúdo interativo e audiovisual.◀

Entulhos neoliberais em **dose dupla**

No ano em que se completa 20 anos das demissões de empregados concursados pelo governo Collor, a **Fenae Agora** faz um balanço da herança maldita deixada pelo ex-presidente, bem como das ações de desmonte do Estado conduzidas por FHC



No início dos anos 90, apesar de meteórica, a passagem de Fernando Collor de Melo pelo comando político do país revelou-se desastrosa. Uma das primeiras medidas do então presidente eleito foi o Plano Collor. A meta era enxugar a máquina pública e caçar 100 mil ‘marajás’ do serviço público. Na época, a decisão do governo Collor rendeu desemprego para um contingente de cerca de 2.500 empregados da Caixa Econômica Federal, demitidos uma semana depois de terem concluído estágio probatório.

O fantasma das demissões atingiu outras empresas estatais – no total, um grupo estimado de 105 mil servidores federais perdeu o emprego. Na Caixa, a política era manifestada por um discurso aparentemente liberal e se concretizava com atos de esvaziamento do papel social do banco. Oficialmente, as demissões foram anunciadas em 18 de junho de 1990, na mesma data em que Collor completava 100 dias de governo, não poupando nem quem estava de licença-maternidade.

Os dispensados pela gestão de Lafaiete Coutinho Torres, presidente da Caixa naquela ocasião, começaram a trabalhar no fim do governo José Sarney. Foram admitidos por concurso público e recebiam o menor salário na empresa, sendo, portanto, vítimas de um ‘estelionato’ trabalhista. O pretexto dado foi o da necessidade de diminuir as despesas com a folha de pagamento para que Collor pudesse cumprir uma promessa de campanha: acabar com os ‘marajás’.



A população não se calou diante das ações realizadas por Collor e houve diversas manifestações em todo o Brasil

O ato de demissões do Collor abrangeu, a contar os familiares dos bancários atingidos, um sem-número de dramas humanos. “Ficamos conhecidos como os ‘marcianos’, pois entramos na Caixa em março de 1990. Na época, depois de ter sido internado por causa de um cálculo renal, não pude fazer uma cirurgia de emergência, porque havia sido demitido da empresa”, reclama Carlos Henrique Grochentz, contratado para compor a equipe da Central de Administração do FGTS, em Curitiba. O estado do Paraná, inclusive, foi o que mais contratou no período: 720 pessoas.

Uma das que dizem ter sido pega de surpresa, pois estava trabalhando quando foi mandada de volta para casa no fim do expediente, sem direito a retornar para a empresa a partir do dia seguinte, é Waldívia Fabiane da Silva Cardoso, lotada atualmente no Setor de Habitação da agência Iguatemi, em Maceió.

Com ela, foram demitidos mais quatro bancários, mas em todo o estado de Alagoas foi de 22 o número de empregados dispensados. Na região de Bauru, em São Paulo, que contabilizou 103 demitidos, uma das vítimas da canetada de Lafaiete Coutinho foi Pedro Sérgio dos Santos Barbosa, o Pepô. Ele afirma que os desligados estavam lotados

na Superintendência Regional e tiveram, mesmo a contragosto, de assinar a rescisão do contrato, sobretudo por terem perdido o prazo da ação de reintegração na Justiça.

A notícia das demissões assombrou o 6º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), que acontecia em Brasília. O evento foi imediatamente suspenso e seus participantes voltaram para os estados, com a ideia fixa de organizar a resistência. Até então, ninguém sabia ao certo quem havia sido demitido, mas o movimento país afora, cada estado com sua particularidade, decidiu deflagrar a campanha *Readmitir para não destruir a Caixa – um banco social*. A ameaça de mais desligamentos invadiu a empresa como um fantasma amorfo, até porque, em épocas anteriores, ninguém havia sido demitido sem justa causa.

O combate a essa política de desmonte da Caixa foi conduzido pelas entidades sindicais e associativas. Assembleias foram convocadas para decidir o que fazer. Em boa parte do país, a opção foi por greves curtas, pois a repressão era grande e o medo de novas demissões ainda rondava o ambiente de trabalho. Nesse ínterim, a Caixa divulgou no Diário Oficial da União a listagem dos demitidos, que abrangeu apenas os recém-admitidos.

Com base nessa informação, a luta pela reintegração foi imediata, irrestrita e passou a ser item prioritário da pauta de reivindicações da campanha salarial de 1990, desencadeando em todo o Brasil protestos, negociações, visitas ao Congresso Nacional, venda de camisetas e arrecadação de recursos financeiros para a manutenção dos demitidos e seus familiares. Até feirinha da miséria foi realizada para chamar a atenção da população, que vivia iludida com o programa de governo do ‘caçador de marajás’. Existia a intenção declarada de não assinar a rescisão de contrato.

Esse movimento durou três meses, visto que a readmissão de todos os empregados foi uma das principais conquistas do acordo coletivo firmado em outubro daquele ano. Aliás, segundo Pedro Eugenio Leite, diretor-presidente da Fenaé – na época, presidia a Apcef do Paraná, **“o empregado da Caixa foi a única categoria no país a conquistar a reintegração dentro do governo Collor”**.

Em 2010, o movimento dos empregados comemora 20 anos da luta pela reintegração dos demitidos em junho de 1990. Para Pedro Eugenio, o resgate dessa história é vital para os novos empregados compreenderem que o movimento na Caixa é feito de lutas,

Acervo Fenaé



Pedro Eugenio Leite: lembrar esses episódios é muito importante para a categoria conhecer a história de luta dos empregados da Caixa

Movimento dos caras-pintados mobilizou-se pelo impeachment de Collor. Mas o autointitulado “caçador de marajás” não foi o único governante que deixou uma névoa de problemas pairando no Brasil. FHC também foi alvo de protestos por conta de sua política de privatizações



Acervo Fenaé

mobilizações e conquistas. E isso não é pouca coisa. Até hoje, muitos dos demitidos na era Collor, servidores dos Correios, Cia. Vale do Rio Doce, Refisa, Eletrobrás, Abin e Conab, ainda aguardam anistia.

Governo FHC: herança maldita

Ainda mais expressiva, sobretudo perniciosa, foi a ‘herança maldita’ deixada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em oito anos de gestão tucana, o Brasil andou para trás. FHC executou o programa de privatizações e deu início ao desmonte do Estado brasileiro. As aposentadorias ficaram sufocadas, e a violência foi usada para conter reivindicações dos movimentos sociais. Uma das mais monumentais ocorreu com o racionamento de energia de 2001, o chamado apagão, provocando efeitos danosos sobre o setor produtivo do país.

O “projeto de Brasil” de Fernando Henrique Cardoso teve como parâmetro a transferência de recursos do setor público para o privado. As prioridades eram o ajuste fiscal, a política de estabilização monetária e o abandono da esfera social. A opção por esse caminho levou o país a uma prolongada recessão.



Acervo Fenae

O ataque aos bancos públicos federais também foi recorrente. A Caixa passou por um processo acelerado de desmonte e foi alvo de estudos que apontaram para a sua privatização ou transformação em banco de segunda linha. Entre 1995 e 2002, o modelo de gestão na empresa foi ditado por medidas como a demissão de empregados pela RH 008, a implantação de três PADVs, a flexibilização da jornada e a quebra de direitos, o arrocho salarial e o reajuste zero, a segmentação e a terceirização de serviços, a mudança no Programa de Assistência Médica Supletiva (Pams), a migração para o REB e a pressão sobre os associados da Funcef, a discriminação aos aposentados e o ataque às entidades de representação dos empregados.

O que isso provocou? Impactos negativos na organização do trabalho, nas políticas de recursos humanos e nas condições de vida e saúde dos trabalhadores. A diretora vice-presidente da Fenae, Fabiana Matheus, afirma que o projeto de descaracterização da Caixa como banco público teve um alicerce: a tentativa de enfraquecer as organizações dos trabalhadores. Para ela, diferentemente do que pensava o governo tucano, **“o Estado é importante para o equilíbrio da sociedade”**.

O desmonte na Caixa começou com Sérgio Cutolo,

entre 1995 e 1998. Foram adotados, nesse período, o Plano de Reestruturação Administrativa e Competitividade (PRC), o Prêmio por Desempenho Gerencial (PDG), o programa de realocação de pessoal, um PCS mutilado e o novo PCC, com estrutura salarial compatível com a dos bancos privados. Esse PCC afetou os trabalhadores ocupantes de cargos de comissão e criou uma remuneração extra denominada de piso de mercado. O Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA) surgiu a partir daí e trouxe o arrocho da parcela fixa do salário.

A gestão de Emílio Carazzai abrangeu o período de 1999 a 2001, com impactos ainda mais demolidores sobre os empregados da Caixa. Nessa época, o saco de maldades foi traduzido pela participação reduzida da Caixa no mercado financeiro. Houve ainda segmentação de agências via Projeto 500, interposição fraudulenta de mão de obra, transferência de serviços bancários para casas lotéricas, caça às bruxas com demissões sem justa causa pela RH 008 e aumento do assédio moral e do cumprimento de metas fora da realidade.

As RetPVs surgiram com base nos chamados *back office*, quando empregados com mais de 40 anos passaram a ser discriminados como “massa velha”,



Acervo Fenae

termo cunhado para delimitar como alvos pessoas admitidas em concurso público e que sempre fizeram parte da inteligência da empresa. Em decorrência dessa política, as agências foram transformadas em pontos de venda, e os técnicos bancários contratados com salários rebaixados e sem a garantia de licença-prêmio e Apips, entre outros direitos. As maldades de Carazzai atingiram a clientela de baixa renda, classificada de lixo bancário.

Ainda na Caixa, houve heranças trágicas deixadas por Valdery Albuquerque e José Fernando de Almeida. O fio condutor dessas gestões, de acordo com o coordenador da CEE/ Caixa e diretor Administrativo e Financeiro da Fenae, **Jair Pedro Ferreira**, foi prejudicar, deliberadamente, os empregados, **“forçados a se sujeitarem a metas abusivas, ao exercício de múltiplas funções e à eliminação de direitos, em um ambiente propício a situações de angústia, perda da autoestima e também de depressão”**.<

O peso dos neoliberais na Caixa

Na Caixa Econômica Federal da era FHC, o segmento dos aposentados e pensionistas foi o mais sacrificado pelo arrocho imposto pelo governo tucano. A situação chegou a ser tão dramática, que houve até quem reivindicasse o benefício do adiantamento do auxílio-funeral, segundo palavras de Décio de Carvalho, presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef). Ele diz que a coisa estava muito ruim.

Nem paliativos como o pagamento de abonos, benefício concedido ao pessoal da ativa, os aposentados receberam. Houve apenas um pseudo-empréstimo em 1998, a ser resgatado com o chamado “pacotão”. As negociações em torno desse “pacotão” não foram sérias, sobretudo por causa da retirada de itens relativos à questão dos pós-78. Na verdade, de acordo com Décio de Carvalho, “sempre deram meia dúzia de bananas”.

O presidente da Fenacef afirma que a gestão da Caixa durante o governo FHC criou um clima de

terror com a proposta de migração dos aposentados para o REB, um plano de benefícios cujos riscos eram apenas do participante. E acrescenta: **“Situações como essa são a prova cabal de que a Funcef era tal qual a Caixa, com muita roubalheira”**.

Outro duro golpe foi a suspensão sumária do pagamento do auxílio-alimentação. A medida, uma conquista da década de 70, beneficiava a todos os que se aposentavam até 8 de fevereiro de 1995. Em defesa dos direitos desse segmento, as entidades representativas deflagraram um movimento nacional e estimularam as associações de aposentados e pensionistas a impetrarem ações judiciais, para garantir o retorno do auxílio-alimentação.

O retorno do tíquete aos aposentados foi conquistado em 14 de maio de 2005, mas a injustiça ainda não foi reparada por completo, pois falta assegurar esse direito aos que se aposentaram após o ano de 1995 e aos que perderam na Justiça.

Brasil novo ou retrocesso?

Eleições de 3 de outubro confrontam projetos distintos de país: a construção do futuro erguida no governo Lula com o modelo da oposição conservadora

Luiz Inácio Lula da Silva, o operário que se fez presidente do Brasil após longos e difíceis anos nas trincheiras da mobilização popular, descerá a rampa do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2011 e entrará para a história entre os governantes mais bem avaliados e queridos do país. Mantido o cenário que se observa há menos de seis meses do fim de seus oito anos de mandato, voltará à planície exibindo aprovação de 85% dos brasileiros, algo jamais alcançado por outro político na Presidência da República.

O legado de Lula, que em seu conjunto constitui um novo projeto de Nação, cada vez mais perceptível aos olhos da sociedade, está no centro da disputa eleitoral em curso, como fato histórico em torno do qual passado e futuro se confrontam. O processo político sucessório assume, irremediavelmente, caráter plebiscitário. De um lado, as forças que buscam alargar as passadas das transformações e, de outro, as que se referenciam no modelo conservador do controle do Estado por uma “elite dirigente”, com concentração de poder, benesses e privilégios no topo da pirâmide social.

Para seguir o caminho das mudanças, a aliança partidária liderada por Lula escalou uma mulher: Dilma Rousseff (PT). Na contramão do projeto popular em construção, ressurgiu do ninho tucano o candidato José Serra, numa reedição do consórcio PSDB/DEM(ex-PFL), que esteve à frente do governo federal no auge das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil se transformou de 2002 para cá. O PIB cresceu de 500 bilhões para 1,5 trilhão de dólares e as reservas cambiais foram de 35 para 240 bilhões

de dólares. O salário mínimo subiu de 80 para 280 dólares; o índice GINI (que mede a distribuição de renda) melhorou de 0,58 para 0,52 (a graduação positiva é decrescente de um para zero). O país adquiriu projeção mundial.

Cerca de 60% dos brasileiros se mostram plenamente convictos de que os benefícios econômicos e sociais foram gerados pelo atual governo. A percepção popular é justificada por números recentes do Centro de Pesquisas Sociais da FGV-Rio, que revelam redução da pobreza a cerca de 10%. “Considerando que a Meta do Milênio (das Nações Unidas) é reduzir 50% em 25 anos, estamos fazendo 25 anos em cinco”, diz o chefe do centro de pesquisas, Marcelo Neri.

A diminuição do número de pobres e a ascensão de 31,9 milhões de pessoas às classes A, B e C entre 2003 e 2008 decorreram, principalmente, do crescimento do emprego formal e da renda do trabalho, da valorização do salário mínimo e da forte expansão dos programas sociais e do crédito. Foram criados 12 milhões de empregos desde 2003, contra 780 mil nos oito anos de FHC. A oferta de crédito subiu de 14% para 34% do PIB.

Pelas projeções de Marcelo Neri, mais 36 milhões de brasileiros deverão ascender à classe média entre 2010 e 2014.

A inclusão social se sustenta em modelo de desenvolvimento econômico guiado pelo fortalecimento do mercado interno. E está associada à inserção política de segmentos sociais historicamente marginalizados e à participação popular por meio de instrumentos diversos, como as conferências das cidades, da saúde, dos idosos, da comunicação e inúmeras outras.

Ingressaram na faculdade 704 mil estudantes pobres com bolsas do ProUni. Os recursos para o Programa da Agricultura Familiar (Pronaf) subiram do patamar de R\$ 2,3 bilhões em 2002 para R\$ 13 bilhões em 2010. O programa Luz para Todos levou



Acervo Fenae

Acima, obras de casas populares financiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida e, à direita, beneficiária do programa Bolsa Família. A diretoria da Fenae defende um projeto de país em que haja oportunidade para todos e onde a Caixa possa atuar fortemente como fomentadora de importantes políticas públicas

energia a 1,8 milhão de famílias até então excluídas desse benefício e prevê o atendimento a 1,1 milhão de novos domicílios. O Bolsa Família atende a mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional.

A criminalização e os ataques aos movimentos sociais da era FHC foram substituídos por reconhecimento e diálogo. Essa nova postura refletiu-se nos acordos salariais. A partir de 2003, aumentos iguais ou superiores ao INPC passaram a ocorrer em cerca de 90% dos acordos, enquanto em anos anteriores ocorriam apenas em pouco mais de 50% das negociações. Os bancários da Caixa, por exemplo, ficaram praticamente oito anos sem reajuste algum. Sequer a inflação era reposta, porque só recebiam minguados abonos.

José Serra foi ministro do Planejamento em boa parte do período da corrosão salarial, das privatizações e do aniquilamento do Estado brasileiro. Foi derrotado

em 2002, quando a sociedade desejava mudança. Volta a candidatar-se agora com a mesma aliança política, com o mesmo discurso, quando a população deseja a continuidade do projeto iniciado com Lula.

Ao assumir a tarefa de defender no processo eleitoral o projeto popular que vem transformando o país, e de liderá-lo a partir de 2011, Dilma Rousseff fez a seguinte afirmação: **“Durante o governo do presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar. Com a clara consciência de que continuar não é repetir. É avançar.”**

Na convenção do PT que a sagrou candidata à Presidência da República, Dilma prestou homenagem às mulheres lembrando heroínas nacionais e destacando o papel feminino na sociedade: “Aqui se consagra a capacidade de ser e de fazer da mulher brasileira... Não é por acaso que, depois desse grande homem, o Brasil pode ser governado por uma mulher. Um Brasil de Lula com a alma e o coração de mulher.”

Voltar a sorrir

O programa Movimento Solidário da Fenaé colabora com a reabilitação de menores do Lar das Crianças de Petrópolis

A colher crianças e adolescentes é a missão do Lar Nossa Senhora das Graças, que funciona em Petrópolis, no Rio de Janeiro, há 57 anos. Atualmente, abriga 55 meninos e meninas, com idades até 12 anos. No lar, os menores recebem atendimento médico e psicológico, para posteriormente serem reintegrados às suas famílias.

Em 2002, a PAR Corretora começou a contribuir de forma efetiva com a instituição. Através do projeto Novo Lar, fez doações para recuperar o prédio, que estava em péssimo estado: sem teto e com paredes rachadas, entre outros problemas, como a falta de área de lazer para as crianças. O Lar passou por uma transformação, ganhando berçário, quartos confortáveis, cozinha equipada, parquinho com vários brinquedos e outras benfeitorias que melhoraram o atendimento.

Reconstrução do telhado foi uma das medidas tomadas para melhorar o atendimento no Lar



Um dos desafios do Lar é a reintegração segura das crianças. Equipe formada por psicólogos, assistentes e mães sociais atuam junto às famílias para evitar que a situação de violência – um dos motivos do afastamento – se repita. Com o projeto *De volta para casa*, a instituição conseguiu, em 2009, que dez delas retornassem ao convívio familiar.

Para ampliar esse número, é preciso reverter a situação social dos pais, que enfrentam problemas como desemprego. O projeto de capacitação profissional prevê a realização de cursos de costura (Petrópolis é um importante polo de confecções), eletrônica, marcenaria, mecânica e culinária.

Até agora foi possível manter o projeto com pequenas doações em dinheiro do convênio com a prefeitura de Petrópolis, no montante de 15% das despesas, do fornecimento de alimentos por comerciantes locais, da colaboração dos funcionários, voluntários e colaboradores e, principalmente, por mantenedores responsáveis pelas despesas maiores da instituição.

Em 2010, a PAR Corretora pretende implantar o projeto Anjo da Guarda, para estimular o apadrinhamento de crianças e adolescentes pela sociedade civil, especialmente pelos colaboradores das empresas do Grupo PAR. O apadrinhamento consiste em criar laços afetivos com as crianças e também dar apoio ao desenvolvimento educacional e profissional.<

A equipe de funcionários também foi reestruturada com a contratação de profissionais especializados, como psicólogos, nutricionistas, pedagogos, médicos e dentistas. Através do trabalho multidisciplinar, os colaboradores procuram resgatar a autoestima dos abrigados, sua capacidade de confiar e o desejo de voltar a sorrir. No lar ainda são realizadas atividades de recreação e animação cultural, através da música, teatro e festas comemorativas, dinâmicas com jogos, leitura, jardinagem e horticultura. Os adolescentes ainda participam de cursos para desenvolver habilidades profissionais, como informática, por exemplo.





Plantando árvores, colhendo cultura

Como parte das ações de sustentabilidade e conscientização ambiental da edição 2010 do *Eu Faço Cultura*, o projeto tem recebido artistas, em algumas semanas culturais, convidados a plantarem árvores.

Na semana cultural de Itabuna, a cantora Rita Lee plantou uma muda de cacaueira, ocasião em que a diretora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas da Fena, Ely Freire, esteve presente. Na noite de 6 de maio, a roqueira fez um show no Centro de Convenções de Ilhéus.

Na mesma semana, o cantor Zeca Baleiro apoiou o projeto e plantou uma árvore em sua passagem por Salvador, cidade que contou com oficina de percussão com aula teórica e confecção de instrumentos a partir de sucata.

Jorge Ben Jor foi outro artista que deu sua contribuição, plantando uma muda de açaí em Belém. Acostumado a apoiar ações responsáveis, ele declarou: “Acho essa iniciativa bacana”, e ainda brincou

com seu famoso jargão, “salve, salve plantinha”. Seu show, em 15 de maio, reuniu mais de 4 mil pessoas.

Em Vitória, o Biquini Cavadão animou os capixabas e também aderiu à campanha do *Eu Faço Cultura*, plantando uma muda de pau-brasil. “Plantar essa árvore me trouxe uma sensação boa, porque me fez lembrar da minha infância”, enfatizou Bruno Gouveia, vocalista do grupo. Já o tecladista Miguel Flores disse que lembrou do filho. “Eu o levo em uma chácara perto da nossa casa, para comprar sementes e livros sobre plantio”. O plantio aconteceu na casa de show Ilha Acústico, com a presença do presidente da Apcef/ES, Tittony Barcelos, e do diretor de Imprensa da Fena, Daniel Gaio.

A ação do *Eu Faço Cultura* vai se estender com o plantio de 3.800 árvores para compensar a emissão de gases de efeito estufa nas cidades que sediarem o circuito. Outra atividade é o repasse de todo o resíduo reciclável para as cooperativas de reciclagem parceiras, visando a geração de renda para famílias carentes.

O *Eu Faço Cultura* 2010 também está ajudando os mais necessitados. Para assistir aos shows de encerramento, os empregados da Caixa são incentivados a levar um quilo de alimento não perecível. Já foram doados 656 quilos de alimentos para instituições beneficentes.

Capitalismo de Estado

A solução neocorporativista se impôs em países e períodos históricos em que os governos foram dominados por partidos da classe trabalhadora. Alguns desses governos reagiram à dificuldade de governabilidade, na transição política, procurando incorporar os grupos organizados no processo de formação das alianças políticas, para induzi-los a não exercer, posteriormente, o poder de veto sobre suas próprias opções.

Parece o mesmo ter ocorrido, aqui, também em reação à crise econômica mundial. O governo procurou envolver na regulamentação pública da economia as grandes organizações representativas de interesses corporativos. A atuação do BNDES e dos fundos de pensão, conjuntamente com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, garantiu a realização de grandes operações de fusões, reestruturação e mudança patrimonial na economia brasileira. Essa concentração de capital é vista como oportuna. Empresas dela resultante entraram no ranking de empresas brasileiras com maior presença internacional.

Enquanto o governo anterior usou os fundos e o BNDES para privatizar empresas como as Teles e a Vale, em processo que ficou conhecido como “privataria”, o atual governo os utiliza para se associar a empresas brasileiras, manter empregos e acabar com deficiências de infraestrutura. Essa nova postura não deixa para o mercado “resolver tudo”, doando dinheiro público sem cobrar contrapartidas privadas. Ela incentiva a participação dos fundos de pensão nos investimentos estratégicos.

O debate sobre o “capitalismo de Estado” é antigo. Foi objeto de polêmica em partidos social-democratas europeus desde antes da Primeira Guerra Mundial. As opiniões divergiam, especialmente, quanto aos seguintes pontos. Primeiro, que papel deveria cumprir os aparelhos de intervenção econômica centralizados nas mãos do Estado. Segundo, que significado deveria a classe trabalhadora atribuir a esses aparelhos, tendo em vista o objetivo de construir sociedade socialista democrática.

A ala democrática repudiava a tese do “socialismo de Estado”. Este seria a simples substituição dos capitalistas privados por Estado-empresário, com o risco deste reunir os poderes de exploração econômica e de totalitarismo político. Seria equívoco reformista confundir o capitalismo de Estado com o advento do socialismo.

O fenômeno do transformismo não é desconhecido nas ciências sociais. Trata-se da formação de classe dirigente cada vez mais ampla, dentro de marcos fixados apenas por pragmatismo, graças à absorção gradual dos membros de organizações representativas dos interesses particulares e/ou corporativos. Forma-se, inclusive permitindo a mobilidade social de muitas dessas pessoas. Porém, corre o risco de cristalizar-se em bloco político-ideológico negativo, cuja principal finalidade passa ser suprimir as veleidades de emancipação dos grupos e/ou indivíduos adversos.

Contra esse fenômeno, a prática democrática é defender alternância de poder e quadros. Instituições, seja partidos, seja sindicatos, ou mesmo instituições financeiras e empresas paraestatais, que não se renovam, viram mortos-vivos. Permanecem como assombrações até se perceber que já morreram...<



Fernando Nogueira é professor Associado do IE-Unicamp, 56. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007.
fernandonogueiracosta.wordpress.com
fercos@uol.com.br

Brasília

Considerada um marco na história do Brasil, tão importante quanto a Independência (1822) ou a Proclamação da República (1889), Brasília é muito mais do que aparenta à primeira vista. O traçado de um avião levou o cosmonauta russo Yuri Gagarin a declarar em 1961, quando apresentado à capital: “Tenho a impressão de que estou desembarcando em um planeta diferente, não na Terra”. Gagarin foi o primeiro homem a viajar para o espaço.

A inauguração data de 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Foi erguida no meio do cerrado, em três anos, a partir de uma concepção modernista de urbanismo e arquitetura, graças a Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Muitos a consideram uma cidade estranha. Nada disso. Brasília talvez seja o único núcleo urbano no mundo sem cara de cidade, sobretudo por não ter centro, esquinas, calçadas nem cruzamentos. Parece a capital de um país sem história, pois não há ruas ou avenidas com nomes de personalidades ou datas importantes. Os logradouros foram apelidados com letras e números, divididos entre as asas Norte e Sul. Há setores para tudo.

Brasília foi concebida para promover o desenvolvimento do interior do país. Carrega o legado de equilibrar as diferenças de um Brasil dividido entre o litoral – populoso, urbanizado e industrializado – e o interior, despovoado, pobre e sem infraestrutura. Fracassou na tentativa de ser síntese do país, já que as desigualdades sociais são cada vez maiores.

A ideia da capital é antiga: de 1823. Nessa época, o patriarca da Independência, José Bonifácio, sugeriu o nome de Brasília para a nova capital do país. A primeira Constituição republicana, de 1891, previa a mudança para uma região do Planalto Central.

Kubitschek decidiu ser o criador dessa cidade e foi beneficiado pelo ambiente otimista que imperava nos anos 50.

O esboço urbanístico de Brasília, chamado de Plano Piloto, capta cenário e pontos inusitados: as curvas de Niemeyer, a natureza artificial do lago Paranoá e as arborizadas superquadras residenciais, com seus blocos de seis andares, pilotis abertos e entrada única para os carros. O sobrenatural e o simbólico estão na cidade desde sua fundação. Tanto que ficou conhecida como a capital do misticismo da Nova Era.

Na Brasília de hoje, 50 anos depois, completados em 21 de abril de 2010, convivem a desigualdade crônica, o contraste, o paradoxo. Inchada na periferia, a capital abriga 2,6 milhões de habitantes, distribuídos entre o Plano Piloto e as chamadas cidades-satélites. O cinquentenário foi comemorado em meio à maior crise política e urbana de sua curta história, com o governador eleito cassado por corrupção. A cidade ostenta a maior desigualdade de renda do país, ao mesmo tempo que é considerada a terceira mais rica, exibindo um PIB de R\$ 99,5 bilhões, o que representa 3,76% de todo o Produto Interno Bruto brasileiro. <

Turismo

O diferencial de Brasília, em relação a outras cidades, é sua arquitetura, de curvas sinuosas e ares modernistas. Conheça alguns lugares da capital federal:

- **Eixo Monumental:** o gramado retangular é formado por duas amplas pistas, assemelhando-se ao National Mall, em Washington DC (EUA). É o corpo principal do avião.
- **Congresso Nacional:** é bicameral. A calota à esquerda é o Senado e a da direita é a Câmara. Entre ambas, há duas torres de escritórios. Os edifícios em torno são interligados por um túnel.
- **Palácio do Planalto:** um dos primeiros edifícios construídos na capital. Foi projetado no estilo modernista. É onde o Presidente da República despacha.
- **Praça dos Três Poderes:** espaço aberto entre os edifícios dos três poderes da República.
- **Catedral de Brasília:** uma das mais belas obras do arquiteto Oscar Niemeyer, com dezesseis pilares de concreto unidos por uma base circular e vitrais. O interior é todo revestido em mármore e há três anjos suspensos por cabos de aço.
- **Lago Paranoá:** construído artificialmente. Possui uma grande marina e é frequentado por praticantes de wakeboard, windsurf e pesca profissional.



Maria Felipa

Heroína da independência

Sua origem ninguém sabe ao certo. Supõe-se que descendia de africanos do Sudão. Uma certeza é o dia de sua morte, 4 de janeiro de 1873, conforme atestado de óbito. Foi descrita como sendo uma crioula estabana, alta e corpulenta. Estamos falando de uma personagem que foi esquecida pela história oficial. Maria Felipa de Oliveira, que ficou conhecida por lutar contra os portugueses que não reconheciam a Independência do Brasil.

Oficialmente, o país ficou independente em 1822, mas houve resistência. Na Bahia, em 1823, a luta contra o domínio português foi marcada pela astúcia de Maria Felipa, que liderou homens, índios e mulheres na queima de 42 embarcações que pretendiam atacar Salvador.

Um grupo de mulheres, entre elas Maria Felipa, fingiu seduzir soldados que vigiavam embarcações do General Madeira de Melo. Ao invés de receberem carinhos, eles foram surrados com a planta denominada cansação, que provoca os mesmos efeitos da urtiga quando em contato com a pele. Enquanto se contorciam com coceira e dor, os navios eram queimados, fato que, segundo historiadores, foi decisivo para impedir a tomada da Baía de Todos os Santos e de Salvador pelas tropas portuguesas.

A inclusão da personagem negra nesses acontecimentos se deu recentemente. A história de Maria Felipa foi resgatada pelo Núcleo de Interpretação do Patrimônio das Faculdades Olga Mettig, numa pesquisa coordenada pela professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias.

Pensou-se que seria uma lenda, criada por antigos moradores de Itaparica, onde a heroína viveu, mas foram encontradas referências a sua existência na obra *Ilha de Itaparica*, do pesquisador Ubaldo Osório, avô do escritor João Ubaldo Ribeiro e também no romance *Sargento Pedro*, do escritor baiano Xavier Marques.

A redescoberta dos acontecimentos históricos revela a notoriedade da participação feminina e dos negros durante as lutas pela Independência do Brasil. Quem sabe outras Marias não possam ser identificadas e ter seu devido reconhecimento. <



Mande sua foto para o jogo dos sete erros

A unidade em que você trabalha tem muitas filas? Ou você trabalha em um ambiente com infiltração? Se estiver indignado com as condições da sua agência, envie uma foto para o e-mail imprensa@fenae.org.br. Sua imagem poderá ser escolhida para o jogo dos sete erros da próxima edição. A foto deverá estar em boa qualidade para impressão, portanto, se tiver qualquer dúvida sobre as especificações necessárias, entre em contato conosco!



Resultado da promoção

Os 50 primeiros associados que enviaram as palavras-cruzadas da última edição preenchidas corretamente ganharam uma camiseta da campanha *Mais Empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil*. A lista foi publicada no site da Fenae: www.fenae.org.br.



O primeiro concurso de Vídeo Fenae foi realizado em 2006 e o ganhador foi Antônio Augusto Pacheco Feitoza Filho, da SR Recife/PE, com a obra *Recycle-se*. O vídeo tem uma linguagem muito interessante e um final diferente. Vale a pena conferir na seção Circuito Cultural, no site da Fenae.

E inspire-se, tire o pó da claquete e fique de olho:
as inscrições para o Vídeo Fenae 2010 acontecerão de 5 de agosto a 7 de outubro!

Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugenio Beneduzzi Leite. **Diretora vice-presidente:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Administração e Finanças:** Jair Pedro Ferreira. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Marcos Aurélio Saraiva. **Diretor de Cultura:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Ely Custódio Freire. **Diretoria Executiva:** Victor Guilherme Esteche, Paulo Roberto Damasceno. **Conselho Fiscal - Titulares:** Olívio Gomes Vieira, Maristela da Rocha, Laércio Silva. **Suplentes:** Francisco Astrogildo Cruz, José Miguel Correia, Kardec de Jesus Bezerra. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** Francisca de Assis Araújo Silva. **Vice-presidente:** Edson Azevedo dos Anjos Gomes. **Secretário-geral:** Arlindo Maciel Sebastião. **Edição:** Tatiana van Oortmerssen. **Redação:** Antônio José dos Reis, Evando Peixoto, Andrea Viegas, Amanda Vieira. **Fotos:** As fotos não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 115 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

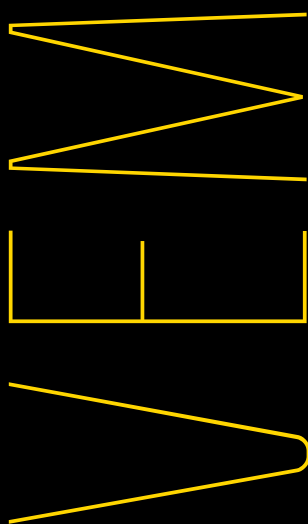


O Grupo PAR reúne as empresas PAR Corretora de Seguros, PAR Saúde, PAR Relacionamento, PAR Finanças e PAR Negócios Imobiliários. Uma só identidade com os mesmos valores já compartilhados. Formamos um Grupo mais sólido, mais unido e com maior percepção dos serviços perante os públicos e comunidades onde atua.

Você faz parte
deste mundo.



AGORA é a hora de ESPALHAR CULTURA E INSPIRAR o Brasil.



com
a gente?

O Movimento Cultural do Pessoal da CAIXA veio para provar que você pode fazer a diferença todos os dias. Juntos podemos embalar o Brasil aproveitando a possibilidade que todos nós temos de deduzir 6% do Imposto de Renda para fazer bonito e levar cultura por todo o país com projetos como o Eu Faço Cultura.

ACESSE AGORA MESMO:

<http://www.mundocaixa.com.br/mcpc>

e conheça mais sobre essa nova forma de pensar e agir.



Movimento Cultural do
Pessoal da CAIXA
mcpc